

# Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: um conjunto documental recifense

## Society of the Mechanical and Liberals Artists: a documentary collection from Recife

Marcelo Mac Cord  
Faculdade de Educação,  
Universidade Federal  
Fluminense, Niterói, RJ  
marcelomaccord@gmail.com  
 <https://orcid.org/0000-0001-5694-7007>

### Resumo

O artigo que ofereço ao leitor tem por objetivo apresentar um conjunto documental bastante completo, complexo e denso, que foi produzido pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais entre meados do século XIX e meados do século XX. Contudo, nesse texto, restringi minhas análises às fontes relativas ao período imperial – material que embasou minha tese de doutorado, defendida na Universidade Estadual de Campinas, em fevereiro 2009, sob o título “Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880”, e meu estágio pós-doutoral. Localizada na capital da província de Pernambuco, a referida entidade artística reuniu mestres de ofícios pretos e pardos, brasileiros, livres e libertos, que promoviam práticas de auxílio mútuo e aulas noturnas – inicialmente para os sócios e depois para o público em geral. Junto da análise e da descrição das referidas fontes, também indicarei meus caminhos na pesquisa empírica e minhas escolhas metodológicas.

Palavras-chave: sociedades mutualistas; educação; artífices; mundo do trabalho.

### Abstract

The article I offer to the reader aims at presenting a quite complete, complex and dense documentary set that was produced by the Society of the Mechanical and Liberals Artists between the mid-19th century and mid-20th century. However, in this text, I limited my analysis to the sources of the imperial period – material at the base of my doctoral thesis, defended at the Universidade Estadual de Campinas in February 2009, under the title “Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880” (“Scaffolds, dress-coats, bricks and books: an artists association in Recife, 1836-1880”), and my post-doctoral stage. Located in the capital of the province of Pernambuco, such artistic entity brought together free and freed black and brown masters of Brazilian crafts, who promoted mutual aid practices and evening classes – initially for members and then to the general public. With the analysis and description of these sources I will also indicate my paths in empirical research and methodological choices.

Keywords: mutual societies; education; craftsmen; working world.

Na cidade do Recife, em 1841, a Sociedade das Artes Mecânicas foi fundada por um grupo de mestres de ofícios pretos e pardos pernambucanos e livres. O grupo foi criado para promover práticas de auxílio mútuo entre seus sócios e oferecer-lhes aulas noturnas depois da jornada de trabalho. O projeto associativo possuía um objetivo muito claro: demonstrar à “boa sociedade” pernambucana que seus artífices estavam distantes dos estigmas da escravidão e do “defeito mecânico”. Em outras palavras, reunidos em uma entidade laica organizada em torno do trabalho qualificado, da morigeração e do letramento, alguns descendentes de africanos pretendiam demonstrar seus talentos e virtudes àqueles que tentavam excluí-los dos canteiros de obras que promoviam modernizações espaciais e simbólicas idealizadas pelo barão da Boa Vista – presidente da província que remodelava a capital pernambucana e contratava operários vindos da Europa para “civilizá-la” e embelezá-la.

Boa parte dos mestres de ofícios que fundaram a Sociedade das Artes Mecânicas fazia parte da Irmandade São José do Ribamar – uma das mais importantes da cidade do Recife, que estava instalada em um templo dedicado ao mesmo orago. Por causa de seu alto grau de qualificação artesanal, era possível encontrá-los nos principais cargos diretivos (juiz, escrivão, procurador e tesoureiro) da entidade católica e leiga que reunia pedreiros, carpinteiros, tanoeiros e calafates. Desde finais do século XVIII até a outorga da Constituição de 1824, a Irmandade de São José do Ribamar foi um confraria embandeirada, o que permitia que seus mestres controlassem seus mercados, o aprendizado de suas artes mecânicas e a diplomação daqueles que poderiam riscar e gerenciar suas obras. Contudo, no grupo que reunia os devotos do santo carpinteiro, para além de pretos e pardos mestres de ofícios, também encontramos artesãos com variadas qualificações (oficiais e aprendizes), cores e nacionalidades.

A presença de prestigiados irmãos, devotos do santo carpinteiro, na Sociedade das Artes Mecânicas, permitiu que esta última entidade pudesse se instalar em um dos consistórios da Igreja de São José do Ribamar. A partir desse momento, os ritmos do templo não seriam ditados apenas pelas rotinas religiosas dos confrades de várias cores, especializações e nacionalidades. Em determinadas horas da noite, o espaço sagrado seria tomado por mestres de ofícios pretos e pardos para que aperfeiçoassem sua leitura, sua escrita e suas aptidões matemáticas. Por meio dessas aulas noturnas, os membros da Sociedade das Artes Mecânicas pretendiam reinventar, em novas bases, o monopólio artesanal que fora extinto pela Constituição de 1824. Na medida em que o governo pernambucano não havia criado nenhuma instituição pública que ensinasse aos artífices, o grupo de auxílio mútuo e de escolarização ambicionava tomar para si essa missão, fazendo com que sua nova forma de diplomação definisse quem poderia trabalhar.

Provavelmente, as aulas propriamente ditas teriam começado em meados de 1842. Sabemos que as primeiras lições de geometria aplicada às artes e de desenho linear foram ministradas por um professor pardo, que escolheu o método do barão Charles Dupin como bússola – alguns especialistas indicam que o nobre francês pode ser considerado um dos precursores da chamada “educação industrial”. Tanto do ponto de vista técnico quanto ideológico, a proposta político-pedagógica do europeu ia ao encontro das necessidades da Sociedade das Artes Mecânicas. Primeiramente porque o tal “sistema” deveria ensinar a teoria necessária para complementar o tirocínio das oficinas. Em segundo lugar, porque o barão Charles Dupin acreditava que a melhoria da capacidade intelectual dos trabalhadores colaborava diretamente com a construção de seu senso de dignidade. Em outras palavras, a escolha feita pela associação e pelo professor pardo objetivava a dignidade social dos artífices por meio da instrução.

No início dos anos 1850, ao completar seus dez anos de existência, a Sociedade das Artes Mecânicas reorganizou seus estatutos. No bojo desse processo de redefinições institucionais, a entidade recifense passou a se chamar Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais. A troca de nome também representou algumas mudanças em suas estratégias cotidianas, mas sem que fosse perdido seu escopo original. Naquele período de importantes transformações políticas, por exemplo, o grupo de auxílio mútuo e de escolarização buscou se aproximar de alguns membros (e facções políticas) das elites letradas e proprietárias pernambucanas, franqueou suas aulas noturnas para toda a classe artística e permitiu que artistas liberais fizessem parte de seus quadros associativos. Tudo isso para que a rebatizada Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais conquistasse maior prestígio e penetração provincial – o que de fato se converteu em mais serviços e empregos públicos e privados para os sócios.

O alvorecer dos anos 1860, por sua vez, foi um divisor de águas para a Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, pois uma recém-aprovada legislação imperial, conhecida como “Lei dos Entraves”, criou parâmetros mais rigorosos para nortear a criação de sociedades de auxílio mútuo. Da mesma forma, também buscou reorientar e disciplinar os grupos que por ventura existissem antes de sua publicação. Contudo, o maior e mais importante objetivo da norma era possibilitar que o governo tivesse maior interferência sobre o caótico sistema financeiro nacional. Por causa dessas novas determinações legais, a entidade artística recifense, que existia legalmente desde 1841, precisou fazer uma difícil opção institucional: ou se mantinha como espaço de aperfeiçoamento educacional ou continuava a promover práticas de auxílio mútuo. Oficialmente, não seria mais possível tocar seu escopo original. Os sócios tentaram contornar a situação por dois anos, buscando uma brecha para escapar da exigência.

Irremediavelmente pressionados pelas autoridades competentes, os sócios decidiram que a sua entidade artística deveria se enquadrar (do ponto de vista legal) como promotora de socorros financeiros. Para chegarem nesse consenso possível, concluíram uma prolongada e tensa reforma de seus estatutos. Em 1862, com o novo documento pronto e devidamente aprovado pelo governo provincial, a organização foi rebatizada como Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – caso se mantivesse com o velho nome, isso teria significado que optara pela educação como seu principal objetivo. Contudo, aproveitando-se da economia do favor que construíram, os trabalhadores qualificados conseguiram, junto à Instrução Pública, que suas aulas noturnas ganhassem o status de escola particular. Com essa engenhosa jogada, que criou uma espécie de “duplicidade jurídica”, foram mantidos os objetivos originais que motivaram a montagem do grupo.

As mudanças dos anos 1860 foram muito importantes para o crescimento institucional da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, que ainda testemunhou a entrada de muitos membros honorários e benfeiteiros em suas fileiras. Isso exigiu mais espaços físicos e simbólicos na Igreja de São José do Ribamar. Dentre os desdobramentos desse sucesso, os sócios queriam mais autonomia para entrar e sair do templo, pois suas atividades políticas, institucionais e letivas aumentaram exponencialmente. Insatisfeita com o protagonismo e com as novas demandas da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, a Irmandade de São José do Ribamar expulsou sua hóspede da igreja – riscando de seus livros os nomes de alguns irmãos que eram sócios e priorizavam a associação. Em 1866, o grupo de auxílio mútuo e de escolarização teve seus pertences jogados em depósito público. Até sua reorganização mais sistemática, em 1871, ele experimentou grande instabilidade em suas atividades.

Na década de 1870, reorganizada, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais recebeu do governo provincial a mercê de fundar e administrar o Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Junto desse privilégio, d. Pedro II agraciou a associação com o título de Imperial, que, em retribuição, lhe concedeu o diploma de sócio benfeitor. Nesses anos de grande prestígio, mais membros honorários e benfeiteiros compuseram seus quadros – presidentes de província, ministros, deputados etc. Contudo, apesar de essa gente frequentar o grupo de auxílio mútuo e de escolarização, tanto sua mesa diretora quanto a direção de sua nova escola (assim como seu quadro docente) continuaram nas mãos dos mestres de ofícios pretos e pardos. No período em quadro, a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais esteve provisoriamente instalada em uma vistosa e bem localizada sede. Em 1880, sua casa definitiva, um palacete situado no Campo das Princesas, endereço imponente, foi entregue aos artesãos.<sup>1</sup>

Nos anos 1880, com a reforma eleitoral, fato político promovido pela “Lei Saraiva”, observamos que os mais destacados mestres de ofícios pretos e pardos, que ocupavam os principais cargos da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e do Liceu de Artes de Ofícios, conseguiram se qualificar como eleitores. Apesar dos critérios absolutamente restritivos daquela norma aprovada em 9 de janeiro de 1881, eles cumpriram as exigências do letramento e da efetiva comprovação de renda. Nesse momento, eles entenderam que poderiam colocar em prática um projeto que acalentavam, pelo menos, desde a década de 1860: eleger um deputado provincial que fosse oriundo de suas fileiras e representasse legitimamente as demandas da classe artística. Contudo, como estavam absolutamente comprometidos com determinados setores das elites letradas e proprietárias, que lhes concediam inúmeros favores, deliberaram pela desistência momentânea do projeto político emancipador.

Derrotado em suas pretensões político-eleitorais, ao menos o grupo de auxílio mútuo e de escolarização teve uma compensação financeira. Além das tradicionais verbas provinciais recebidas desde a década de 1840, a entidade artística passou a embolsar outros recursos, vindos diretamente dos cofres centrais. Esse favor foi conseguido por meio da interferência direta dos deputados gerais pernambucanos – legisladores que os próprios artesãos ajudaram a eleger nos pleitos da década de 1880. Contudo, as mais íntimas relações com as elites letradas e proprietárias geraram outras perdas para a associação, para além da desistência (mesmo que momentânea) de indicar e de eleger um parlamentar oriundo do mundo do trabalho. Até a queda de d. Pedro II, por exemplo, certos cargos diretivos e docentes começaram a ser ocupados por doutores e professores formados fora da tradição artesanal. Com isso, a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais talvez começasse a perder seu viço original.<sup>2</sup>

## 1 Os caminhos da pesquisa

A síntese que apresentei ao leitor é fruto de meus trabalhos de doutorado e de pós-doutorado, ambos realizados no Cecult-Unicamp – respectivamente, entre os anos 2004-2009 e 2010-2012. Contudo, foi no mestrado que comecei a estudar a organização formal de trabalhadores africanos e de seus descendentes no Recife imperial. Entre os anos 1998-2001, pesquisei a

1 Até aqui, tudo em Marcelo Mac Cord. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

2 Até aqui, tudo em Marcelo Mac Cord. “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e a reforma eleitoral de 1881 no Recife”. In: Marcelo Mac Cord e Claudio H. de M. Batalha (orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 153-191.

instituição do reinado do Congo na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da freguesia de Santo Antonio – uma das localidades mais importantes da cidade. O título de referência africana era concedido para algum irmão do Rosário que fosse angola e juiz do grupo leigo. Se este último era o principal cargo de poder no interior da Igreja do Rosário, o rei do Congo controlava duas hierarquias negras que se estabeleciam pelas ruas recifenses. Uma delas estava ligada aos governadores de nação (*cassange, cabudá, sobaru, ardas*) e a outra aos governadores de ofícios – boceteiras, capineiros, canoeiros etc.<sup>3</sup>

No Recife, os caminhos da pesquisa de mestrado foram sinuosos e desafiadores. A primeira fase da investigação foi feita compulsando os jornais de maior circulação e a documentação eclesiástica, policial, judiciária e legislativa – tudo depositado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. As fontes produzidas por algumas irmandades (como seus livros de atas, de eleições e de inventário) estavam desaparecidas das igrejas e não havia vestígios delas quer no arquivo da Cúria Metropolitana (órgão da Igreja Católica) quer nos arquivos governamentais. Tendo em vista a natureza das fontes que consegui consultar, encontrei uma série de relatos oficiais sobre os irmãos do Rosário e sobre o rei do Congo e suas hierarquias. Portanto, sabia desses sujeitos indiretamente, por meio do olhar e da pena das mais diversas autoridades pernambucanas, quase sempre persecutórias. Havia pouquíssimos relatos feitos pelos próprios sujeitos da pesquisa em uma ou outra seção dos periódicos recifenses.

No Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, soube que seu ex-presidente, o historiador José Antonio Gonsalves de Mello, havia recolhido, nas igrejas recifenses, muitos livros de registros das irmandades quando realizou um trabalho junto ao então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em conversas com o próprio especialista, que dedicou seus estudos ao Brasil Holandês, a informação foi confirmada – o material, como comentou, deveria estar guardado no rebatizado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ele ainda me disponibilizou algumas anotações feitas quando travou contato com os documentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antonio. Os dados coletados não foram ao encontro de meus interesses mais imediatos, pois reproduziam passagens mais ligadas às questões arquitetônicas da Igreja do Rosário, que foi construída entre as décadas de 1720 e 1770.

A informação fez com que fosse buscar os livros das irmandades recifenses no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, então localizado no bairro da Madalena. Ninguém soube dizer se as fontes estavam por lá, mas isso gerou uma movimentação para tentar encontrá-las. Depois de uma busca longa e minuciosa, todo o acervo recolhido no passado ainda estava guardado em um armário fechado e sem classificação. Imediatamente, o material bruto de pesquisa foi a mim franqueado. Levantei e classifiquei uma série de documentos produzidos por diversas irmandades recifenses. Entre elas, para minha sorte e felicidade, a do Rosário dos Pretos da freguesia de Santo Antonio. Com as fontes produzidas pelos próprios africanos e seus descendentes, que registravam seus conflitos, suas alianças e suas diversas atividades cotidianas, consegui construir uma interpretação alternativa e complementar aos dados compulsados na primeira fase da pesquisa.

No processo de levantamento e de classificação do material bruto de pesquisa, localizado no bairro da Madalena, também travei contato com os documentos produzidos pelos irmãos de São José do Ribamar. Entre outros, encontrei livros de matrículas, atas, receitas e despesas. Junto deles, ainda compulsei correspondências recebidas pela mesa regedora da confraria e inúmeros tipos

3 Marcelo Mac Cord. *O rosário de d. Antonio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

de recibos – compra de materiais de consumo, recebimento de aluguéis, pagamento de serviços diversos etc. Tal conjunto me chamou atenção por um motivo especial, mas não tinha a dimensão das possibilidades de pesquisa que seriam abertas em meu doutoramento. Na ocasião, estudando a bibliografia especializada, que era importante para a feitura de minha dissertação de mestrado, soube que existia algum tipo de relação mais orgânica entre a Irmandade de São José do Ribamar e a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Como comentei, registrei o dado sem maiores expectativas naquele momento.

Em 2003, quando elaborava meu projeto de doutorado, voltei ao Recife para tentar saber mais coisas sobre a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Nessa altura, conhecia sua histórica relação com o Liceu de Artes e Ofícios. O palacete inaugurado em 1880 ainda estava aberto quando de minha visita, mas acolhia outro estabelecimento de ensino ligado à Universidade Católica de Pernambuco. No velho prédio não havia mais documentos produzidos pelo antigo grupo de auxílio mútuo e de escolarização. Por dedução, segui para aquela instituição gerida pelos padres jesuítas, onde talvez os registros associativos estivessem guardados e protegidos. Lá fui muito bem recebido pelo professor Mestrinho, lotado no Departamento de História, que, no início dos anos 1980, havia feito uma catalogação do material recolhido nos arquivos do Liceu de Artes e Ofícios. Tive acesso às suas fichas catalográficas e fiquei surpreendido com o tamanho e a qualidade do acervo.

Apesar do volume, da importância e da muito boa conservação do acervo protegido pela Universidade Católica de Pernambuco, minhas pesquisas prévias, realizadas em 2003, demonstraram que nenhum trabalho historiográfico havia sido feito com base nessa memória. Como podemos inferir, ela havia sido tratada pelos profissionais daquela importante instituição de ensino superior duas décadas antes. Havia corrido tempo suficiente para que fossem produzidas inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Da mesma forma, observei a mesma questão com o conjunto documental da Irmandade de São José do Ribamar. Apesar de passados poucos anos após a redescoberta dos livros das irmandades no Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, nenhum grupo de pesquisa ou historiador preparavam novas investigações com o substancial e ainda inexplorado material empírico.

Na construção de meu projeto de pesquisa de doutorado,pareceu evidente que aquele silêncio historiográfico tinha a ver com algumas concepções teóricas em voga. Em minha perspectiva, duas mereciam especial reflexão. Na primeira delas, por causa do marxismo ortodoxo e das explicações oferecidas pela Escola Paulista de Sociologia, havia certa tendência em se menosprezar e/ou desqualificar as experiências e as organizações dos trabalhadores livres que tivessem existido antes dos partidos comunistas e dos sindicatos. Tal passado estaria engessado, portanto, em uma pretensa “pré-história” da classe operária. A outra reflexão é complementar. As velhas experiências e organizações seriam ainda mais problemáticas quando vinculadas ao trabalhador negro, pois este estaria marcado, mesmo quando liberto ou livre, tanto pela “anomia” quanto pelas sombras dos estigmas da escravidão. Em outras palavras, eles seriam “incapazes” de lutar por seus interesses mesmo em uma sociedade de classes.<sup>4</sup>

4 O artigo não tem a pretensão de fazer análises teóricas mais aprofundadas. De qualquer forma, o leitor pode supor que, no início dos anos 2000, minhas inquietações com o referido silêncio historiográfico iam ao encontro dos debates realizados pela história social do trabalho e pela história social da escravidão. Por um lado, a primeira vertente alargava os limites temporais, espaciais e analíticos da formação da classe operária brasileira. Por outro, a segunda desconstruía a ideia de que os africanos escravizados e seus descendentes eram incapazes de serem sujeitos de suas próprias vidas e de construírem percepções de liberdade. Apesar de essas duas correntes correrem paralelamente no período, já havia ensaios de aproximação, entendendo-

Do ponto de vista metodológico, um dos primeiros passos que dei na pesquisa de doutorado foi cruzar os documentos produzidos pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e pela Irmandade de São José do Ribamar. Com esse procedimento, encontrei alguns artífices pretos e pardos que frequentavam, simultaneamente, e por décadas, os dois espaços organizativos – o que os ajudava na obtenção de prestígio pessoal, maiores redes de proteção social e condições de empregabilidade. Junto disso, ainda pude identificar os trabalhadores de pele escura que ocuparam cargos de destaque em ambas as entidades, algo que lhes conferia muito poder na vida cotidiana. E no bojo dessas descobertas, também tive a oportunidade de desconstruir uma antiga noção de que as irmandades foram quase que automaticamente substituídas pelas sociedades de auxílio mútuo, como se essas formas de organização fossem conduzidas por processos teleológicos ou estivessem engessadas por explicações sociologizantes.

Os registros das rotinas da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, observados em seus livros de atas, permitiram conhecer as estratégias, os conflitos e as alianças dos artífices para realizarem seus dois principais objetivos institucionais: o auxílio mútuo e as aulas noturnas. Os resultados mais efetivos dessa experiência política, com a ajuda de seus patronos, puderam ser encontrados nos documentos da administração pública. Nos códices das Obras Públicas, Gerais e Militares, guardados pelo Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, localizado no Recife, os sócios puderam ser encontrados abocanhando uma série de serviços, algo que foi possível por causa de sua proximidade com engenheiros e diretores de repartição. Da mesma forma, nos livros da Instrução Pública, tanto os artífices quanto a própria associação foram encontrados conquistando uma série de mercês. Os primeiros, matrículas e empregos docentes em escolas públicas. A outra, ganhando status de escola particular.

Outras abordagens metodológicas possíveis, na construção de minha tese de doutorado, mantiveram-se ligadas diretamente ao escopo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Nas atas da Câmara Municipal do Recife, onde encontramos, por exemplo, pedidos de construção de casas, feituras de arruamentos e fiscalizações patrimoniais, os sócios pretos e pardos foram pródigos em surgir nos registros realizando serviços públicos e particulares. Não por acaso, quase todos eles eram mestres de ofício que frequentaram as principais cadeiras da mesa diretora da associação. E também as da mesa regedora da Irmandade de São José do Ribamar. Por ter sido esta última uma corporação regulamentada pela municipalidade, sempre desfrutou de íntimas relações

---

do, por exemplo, que o escravo também era um trabalhador. Para conhecer a bibliografia disponível no início do século XXI, entre outros, consultar: Antonio L. Negro. "Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa". *Revista Brasileira de História*, vol. 16, n. 31/32 (1996), pp. 40-61. Michael M. Hall e Paulo S. Pinheiro. "Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle". *Remate de Males*, n. 5 (1985), pp. 95-119. Angela de C. Gomes e Marieta de M. Ferreira. "Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, n. 24 (1987), pp. 11-40. Alexandre Fortes et al (orgs.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. Claudio H. de M. Batalha. "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências". In: Marcos C. Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 145-158. Claudio H. de M. Batalha. "Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?". *Revista Brasileira de História*, vol. 12, n. 23/24 (set. 1991/ago. 1992), pp. 111-124. Paulo S. Pinheiro e Michael M. Hall. *A classe operária no Brasil, 1889-1930: condições de vida e de trabalho, relações com os empregados e o Estado*, vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1981. Claudio H. de M. Batalha. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Silvia R. F. Petersen. "Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira". *Anos 90*, n. 3 (1995), pp. 129-153. Beatriz Lorner. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora Universitária/Unitrabalho, 2001. Maria C. Velasco e Cruz. "Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930". *Afro-Ásia*, n. 24 (2000), pp. 243-290. Silvia H. Lara. "Blowin' in The Wind: Thompson e a Experiência Negra no Brasil". *Projeto História*, n. 12, (1995), pp. 43-56. Silvia H. Lara, "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil". *Projeto História*, n. 16 (1998), pp. 25-38.

com vereadores e engenheiros cordeadores. Por causa disso, a tradicional proximidade foi também extremamente favorável para as pretensões da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais.

Nos relatórios dos presidentes da província e dos diretores da Instrução Pública, assim como no conjunto das leis provinciais, também foi possível perceber, sob outro ângulo, que a estratégia de atrair sócios honorários e benfeiteiros foi extremamente bem sucedida. Verbas públicas para financiar as aulas noturnas da associação foram consignadas pelo governo, empregos na função de professor público foram garantidos aos artífices que lecionam na associação (incluindo uma licença para que um deles pudesse frequentar as aulas da Faculdade de Direito do Recife), órgãos para a proteção do trabalhador nacional foram criados e tiveram os sócios como seus diretores etc. Paralelamente, nos velhos papéis depositados no arquivo da Assembleia Legislativa de Pernambuco, percebemos que os artífices pretos e pardos não esperavam tais benesses como simples concessão de seus patronos. Aqueles trabalhadores insistiam em pleitear direitos juntos aos deputados provinciais, pois se comprehendiam artífices da cidadania.

Os jornais pernambucanos, depositados na Fundação Joaquim Nabuco, também foram importantes materiais de pesquisa. Tendo em vista as relações institucionais da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, eles se tornaram um termômetro de sua visibilidade. Por meio dessa mídia, o grupo de artífices pretos e pardos pleiteou alguns direitos, publicou suas atividades e ofereceu seus serviços. A entidade que procurava se desvincular dos estigmas do “defeito mecânico” e da escravidão, e que, por isso, buscava reconhecimento público, precisava estar bem representada nas páginas que seriam lidas por contratantes, políticos e intelectuais. A associação também divulgava, nos periódicos, os prêmios que seus membros conquistavam em exposições, o que permitia que fortalecessem sua imagem de morigeração, civilização e progresso. Esses eram valores fundamentais para um grupo que embasava sua vida institucional na inteligência e na disciplina – e que precisava ser reconhecido por possuí-las.

Muitos outros conjuntos documentais foram compulsados na construção de minha tese de doutorado, complementando as séries e os fundos até aqui arrolados. Para finalizar essa seção, faço uma referência especial aos processos judiciais. Guardados no Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por exemplo, encontrei muitas irmandades prestando contas ao juiz municipal de Resíduos e Capelas. Elas apresentavam orçamentos de obras realizadas em suas igrejas e casas, onde estavam anexados recibos de pagamentos assinados por muitos mestres que faziam parte tanto da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais quanto da Irmandade de São José do Ribamar. Tal constatação reforçou a penetração desses homens no mercado de trabalho recifense. No Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, por fim, descobri uma querela entre as referidas entidades, quando do processo de expulsão do templo. Aquele mesmo magistrado de primeira instância deferiu o pedido da confraria.

Nas pesquisas do pós-doutorado, utilizei documentos de mesma natureza do doutoramento. Contudo, como meu foco era a questão político-eleitoral, folheei um conjunto de folhetos raros depositados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Eles traziam, entre outras informações, as listas de eleitores qualificados na cidade do Recife depois da aprovação da restritiva “Lei Saraiva”. Alguns destacados sócios pretos e pardos foram encontrados no rol daqueles que poderiam ir às urnas. A campanha do candidato Joaquim Nabuco também foi fundamental para a investigação, pois havia feito um discurso para os artífices, em 1884, no Campo das Princesas. Sabemos que esse era o endereço da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais desde o

ano de 1880, quando foi inaugurado o palacete do Liceu de Artes e Ofícios. Tendo em vista as listas de qualificação que compulsei, parece evidente que Joaquim Nabuco sabia o que estava fazendo.

## 2 Um importante conjunto documental

Como havia descrito no transcorrer desse artigo, impressiona o volume de documentos produzidos pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. No campo administrativo e financeiro, por exemplo, podemos encontrar livros de atas, contas correntes, mensalidades e matrículas de sócios. No pedagógico, por sua vez, existem livros de exames e de matrículas nas aulas de primeiras letras, geometria, francês etc. A documentação cobre um período extenso, que vai de sua fundação, em meados do século XIX, até o fim de suas atividades, em meados do século XX. O conjunto documental ainda conta com jornais de grande circulação, como o Diário de Pernambuco e o Jornal do Recife. A biblioteca da associação, uma de suas joias, guarda muitos exemplares, quase todos ligados às questões técnicas e literárias. Tudo está devidamente acondicionado, classificado e muito bem conservado nos arquivos da Universidade Católica de Pernambuco.

Os especialistas em história do trabalho, especialmente os que se dedicam ao estudo das sociedades de auxílio mútuo, indicam que boa parte dessas organizações experimentou um curto período de existência. Muitos teriam sido os motivos dessa irregularidade existencial. Entre eles, podemos elencar a falta de suficiente número de sócios para manter a saúde financeira do grupo, o mau uso dos recursos, a falta de uma sede própria e a desmobilização por causa de disputas internas. O curto período de existência e a precariedade estrutural seriam, inclusive, os principais fatores para o desaparecimento de seus poucos documentos institucionais. Até mesmo as associações mais longevas e organizadas, e que de alguma forma deixaram registros para a posteridade, nem sempre conseguiram resguardar percentagem considerável de sua memória.<sup>5</sup> Por tudo isso, afirmamos que o legado arquivístico da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais é bastante incomum.

Na primeira seção desse artigo, apresentei alguns indícios que nos ajudam a compreender a longevidade da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, assim como as razões que a fez registrar (pormenoradamente) suas rotinas e conservar seus arquivos. A primeira explicação para o fenômeno nos remete para sua íntima relação com o Estado – desde seus primeiros anos de vida, o grupo recebeu verbas do erário provincial e teve sua utilidade pública reconhecida. Não menos importante era a ambição de os sócios pretos e pardos conquistarem respeitabilidade pública, algo que exigia um cuidado impecável com a vida administrativa de sua entidade. Poderíamos lembrar também da profunda simbiose da associação com os processos educacionais de forma geral e com o letramento de forma específica. Conservar adequadamente um acervo arquivístico próprio era uma forma de demonstrar que, no tempo, seus membros, gente comum, sempre se preocuparam com a cultura escrita.

5 Entre outros, consultar Marcelo Mac Cord e Claudio H. de M. Batalha (orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. David P. Lacerda. *Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860-1882)*. Dissertação de Mestrado em História: Unicamp, 2011. Ronaldo P. de Jesus, "História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887)". In: Carla M. de Carvalho e Mônica R. de Oliveira (orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2006, pp. 285-304. Tânia R. De Luca. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990. Adhemar L. da S. Júnior, *As sociedade de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado sobre o caso do Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Tese de Doutorado em História: PUC-RS, 2004. Vitor M. M. da Fonseca. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

Independentemente da verossimilhança dessas ilações, mas consciente da raridade e da importância do acervo legado pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, utilizei, em meus trabalhos de doutorado e de pós-doutorado, todo o conjunto documental relativo ao período imperial. Contudo, nessa seção, somente me debruçarei sobre parte dele, como indica a Tabela 1. Nessa amostragem, apresento ao leitor uma relação das fontes manuscritas que foram produzidas pela mesa diretora e pelas instâncias escolares da entidade artística. Certamente, esse é o material empírico que mais bem revela os anseios dos artífices pretos e pardos e as estratégias político-institucionais de sua associação. Logo após observarmos a tabulação, descreverei os conteúdos dos livros citados e apontarei para as suas principais características formais, agrupando-os de acordo com a sua natureza administrativa, financeira e pedagógica. Ainda revelarei alguns exercícios analíticos possíveis com esses códices.

**Tabela 1**

Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – documentos manuscritos compulsados nas pesquisas

<i>Livros de atas do Conselho Administrativo</i>	1852-1853, 1855-1863, 1860-1864, 1864-1871, 1872-1880, 1880-1886, 1886-1895
<i>Livro de atas da Assembleia Geral</i>	1886-1897
<i>Livro de atas dos trabalhos das Mesas Eleitorais</i>	/s.d/
<i>Livro de contas correntes dos sócios</i>	1862-1863
<i>Livro de matrícula das aulas primárias</i>	/s.d/
<i>Livro de matrícula das aulas de geometria</i>	1858-1878
<i>Livro de matrícula no francês</i>	1858-1878
<i>Livro de matrícula de primeiras letras</i>	1858-1878
<i>Livros de matrícula dos sócios</i>	1841-1859, 1862-1871, 1874-1901
<i>Livro de mensalidade dos sócios</i>	1841-1859
<i>Livro de matrícula dos alunos</i>	1881-1898
<i>Livro de balanço</i>	1880-1889

As fontes administrativas, de uma forma geral, registram a vida cotidiana da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Elas nos contam sobre as reuniões ordinárias e extraordinárias, os processos eleitorais para os cargos da mesa diretora, os perfis pessoais de seus membros e o relacionamento do grupo de auxílio mútuo e de escolarização com a sociedade pernambucana. O potencial informativo desse material empírico é muito grande, pois, do ponto de vista coletivo, conseguimos extrair dele uma série de conflitos internos, acertos de alianças, escolhas políticas e encaminhamentos institucionais. Ao voltarmos nossa atenção para os indivíduos propriamente ditos, conseguimos descobrir uma série de dados sobre suas existências. Estrategicamente, com o cruzamento de todos esses dados disponíveis, rastreamos a mobilidade de alguns trabalhadores

nas hierarquias associativas e percebemos quais são os seus passos nas searas das redes de sociabilidade mais amplas.

De forma mais atenta, tomemos primeiramente os livros de atas do Conselho Administrativo e da Assembleia Geral da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. As reuniões dessas instâncias deliberativas respeitavam algumas regras e rotinas. De pronto, era feita uma chamada para se conhecer os presentes. A sessão era aberta quando havia quorum. Havendo número suficiente de sócios, era lida e discutida a ata do último encontro, que seguia para aprovação. Em seguida, os mesários recolhiam as demandas que seriam apresentadas no “expediente”, onde, por exemplo, eram propostos os nomes de possíveis sócios, solicitadas vagas nas aulas noturnas e sugeridas amortizações para os artífices que atrasavam suas mensalidades. Finalizada a leitura das demandas, era iniciada a “ordem do dia”, quando eram discutidos tanto os assuntos propostos na reunião quanto as pendências das anteriores – momento muitas vezes repleto de tensões, pois o que era decidido afetava muitas pessoas e o próprio grupo.

O Livro de atas dos trabalhos das Mesas Eleitorais registravam as rotinas que envolviam os pleitos para a composição da mesa diretora da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Costumeiramente, o mandato dessa instância de poder era de dois anos. Nos processos eleitorais, podemos observar que os votos eram secretos e depositados em uma urna. Cada sócio, que estivesse em dia com seus compromissos associativos, escolhia um colega para cada cargo diretivo. Não havia uma ou mais chapas formais – os eleitos, mesmo que não quisessem, tinham que aceitar o compromisso. De forma geral, depois da indicação dos nomes dos novos mesários, a casa ainda escolhia os membros das comissões de finanças, sindicância e poderes e ordens. Do ponto de vista metodológico, quando comparamos o Livro de atas dos trabalhos das Mesas Eleitorais com os do Conselho Administrativo e da Assembleia Geral, medimos com mais precisão as diretrizes políticas da entidade artística.

Muito reveladores são os livros de matrículas dos sócios. Quase sempre, ao lado de seus nomes completos, sabemos sua cor, idade, estado civil, nacionalidade, endereço, profissão e grau de especialização. Além dos majoritários artistas mecânicos pretos e pardos pernambucanos, o grupo também contou com sócios de mesmo perfil étnico-profissional nascidos em outras províncias do país. Europeus também compuseram a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, só que em número pouco expressivo. Os dados contidos nos livros de matrículas dos sócios permitem que construamos uma série de tabulações, como, por exemplo, a relação idade, grau de especialização e estado civil. Tal procedimento demonstra que a maioria dos mestres de ofício eram homens maduros e casados. Outro encaminhamento possível: comparando as informações desses livros e dos outros acima descritos, sabemos que, hegemonicamente, os mestres de obras de pele escura tendiam a ocupar os principais postos de poder da associação.

Descrita a natureza das fontes administrativas, passemos, neste momento, para as financeiras. Ao compararmos ambas as séries documentais, tendo como parâmetro a Tabela 1, percebemos algo bastante evidente: os dados contábeis não cobrem longos períodos de tempo, ao contrário dos outros. Apesar disso, os livros financeiros disponíveis, muito bem organizados, permitem que tenhamos uma boa noção sobre os cuidados da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais com seus fluxos de caixa. A amostragem, que chegou até nós, permite inferir que uma boa escrituração financeira era crucial tanto para o controle dos gastos associativos (pagamentos para os sócios doentes, pensões para familiares desamparados, enterros, salários de professores, velas para a iluminação dos espaços escolares etc) quanto para a prestação de contas às autoridades

públicas – exigência que se tornou mais rigorosa a partir da década de 1860, com a aprovação da chamada “Lei dos Entraves”.

O Livro de mensalidade dos sócios, que cobre os anos 1841-1859, oferece ao analista, ano a ano, o rol dos sócios que pagavam suas mensalidades. Por exemplo, podemos saber o momento exato em que algum deles deixou de pagar suas cotas. O motivo da inadimplência era anotado excepcionalmente, como no caso do falecimento do associado. Ao tabularmos as informações do código, entre outros exercícios possíveis, podemos acompanhar a variação do valor das mensalidades, o momento da entrada e da saída de certo indivíduo no grupo e identificar quem possuía mais recursos para fazer pagamentos adiantados. No Livro de mensalidade dos sócios, com a passagem dos anos, ainda verificamos o aumento do número de artífices que entravam na Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – o que significava a cada vez maior capacidade de o grupo engrossar suas fileiras, fruto do crescente sucesso de suas políticas de respeitabilidade pública.

Relativo ao biênio 1862-1863, o Livro de contas correntes dos sócios segue a mesma lógica do anterior, só que faz um detalhamento mais completo (e complexo) do que cada membro do grupo devia e se pagou ou não às suas obrigações. Podemos inferir que o tesoureiro utilizou uma forma de partidas simples na escrituração do código. Os nomes dos setenta e sete sócios regularmente matriculados naqueles dois anos surgem junto das colunas “Deve” e “Haver”. Especialmente nessa última, identificamos o que foi pago e se foi pago em dia ou com atraso. No Livro de contas correntes dos sócios, os créditos em favor do caixa da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais surgem em forma de joias (que deveriam ser quitadas no momento da entrada no grupo ou quando o artífice era promovido internamente), mensalidades e multas. Para além da frieza dos números, o documento permite, por exemplo, que identifiquemos o quantitativo de novos sócios no período em quadro e a promoção dos antigos nas hierarquias associativas.

Os fluxos de caixa mais institucionais, que apontam estritamente para os movimentos financeiros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, surgem no Livro de balanço dos anos 1880-1889. Mais sofisticado do que os anteriores, a metodologia que orientou sua feitura foi o das partidas dobradas. Na última década do Império do Brasil, o código apresenta uma detalhada relação das receitas e das despesas do grupo de auxílio mútuo e de escolarização. As subvenções governamentais, junto com os pagamentos de joias e de mensalidades, representavam as principais entradas de recursos. Os gastos eram feitos com o pagamento de socorros, professores, insumos variados, assinaturas de jornais etc. É muito interessante notar as cifras recebidas pelo tesoureiro da associação. Antes da economia do favor viabilizada pela “Lei Saraiva”, as cifras que chegavam às suas mãos giravam em torno dos 5:000\$000rs. Depois disso, notamos uma incrível média de 20:000\$000rs.

O último agrupamento que me propus descrever é o das fontes de teor pedagógico. Para o século XIX, ainda segundo a Tabela 1, os livros disponíveis abarcam dois períodos relativamente longos: os anos 1858-1878 e 1881-1898. Como podemos observar, do ponto de vista quantitativo, os papéis que nos contam sobre os assuntos escolares da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais cobrem temporalidades bastante significativas. As lacunas estão concentradas nos anos 1842-1857 e 1879-1880. O conjunto documental preservado é muito especial, inclusive, para os historiadores da educação, tendo em vista que é muito difícil encontrar acervos dessa natureza preservados – quer em arquivos públicos quer em particulares. Outra razão para sublinharmos a importância do acervo é sua potencialidade comparativa: ele revela muitos dados, sobre as aulas

noturnas do grupo de artífices pretos e pardos, em épocas anteriores e posteriores à criação do Liceu de Artes e Ofícios do Recife.

Os livros das aulas primárias e de primeiras letras, francês e geometria, apesar de independentes uns dos outros, possuem características comuns em sua confecção. Eles apresentam diversas colunas, para que o responsável pelas lições registrasse o nome do estudante, filiação, idade, naturalidade, data da matrícula e profissão. Inúmeros exercícios analíticos podem ser feitos com esse material empírico, como, por exemplo, saber se os estudantes eram sócios ou parentes de algum deles, conhecer a média de idade do corpo discente, precisar a época do ano em que as aulas eram iniciadas, identificar os tipos de ofício que mais demandavam conhecimentos escolares e perceber o quantitativo de famílias pretas e pardas que mais solicitavam matrículas para seus membros. Por meio de outras fontes, inclusive as administrativas, podemos afirmar que, pelo menos até a inauguração do palacete do Liceu de Artes e Ofícios, ainda havia os livros de desenho linear e de arquitetura – desaparecidos.

O Livro de matrícula dos alunos foi utilizado entre os anos 1881-1898, quando o Liceu de Artes e Ofícios estava em seu prédio definitivo, ou seja, no palacete muito bem localizado no Campo das Princesas. Do ponto de vista formal, o referido livro estava organizado como todos os outros que descrevi mais acima – o que permite os mesmos tipos de exercícios interpretativos. Contudo, até mesmo por causa da grandiosidade espacial da nova sede e da representatividade político-pedagógica conquistada por aquela escola recifense, muito mais aulas (qualitativa e quantitativamente) foram oferecidas aos interessados. Entre elas, além das mais tradicionais, que eram ministradas desde os tempos da fundação do grupo de artífices pretos e pardos, podemos elencar as de inglês, desenho de paisagem, música e taquigrafia. O salto no número de alunos também foi sensível a partir de 1881, pois foi das dezenas de matriculados (em média) para um número que variou anualmente entre 370 e 871.

## **Considerações finais**

Ao término de minha pesquisa de doutorado, a Universidade Católica de Pernambuco classificou, tecnicamente, todo o conjunto documental da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – disponibilizando a localização física do material no site de sua biblioteca. Pouco tempo depois desse importante trabalho arquivístico e de divulgação científica, um fato muito importante ocorreu enquanto fazia a pesquisa de pós-doutorado. Por meio de um convênio firmado entre Cecult-Unicamp, Fundação Joaquim Nabuco e aquela primeira instituição de ensino superior, realizamos a digitalização de todos os livros de registro do grupo de artífices pretos e pardos. Como tive a oportunidade de demonstrar nesse artigo informativo, a raridade e a importância do acervo foi um dos motivos que justificou o projeto de conservação. As cópias digitais podem ser encontradas, por exemplo, no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, em um fundo intitulado “Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco”.

Existem muitos livros de registros que ainda não foram explorados, especialmente os que contam a memória republicana da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Essa é uma história que merecer ser construída pelos especialistas.<sup>6</sup> Sem sombra de dúvida, as fontes associativas que explorei em minhas investigações, relativas ao período imperial, também

6 Um primeiro ensaio pode ser encontrado em Wendell Rodrigues da Costa. *Instruir, disciplinar e trabalhar: a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e o Liceu de Artes e Ofícios (1880-1908)*. Dissertação de Mestrado em História: UFRPE, 2013.

merecem releituras de outros pesquisadores.<sup>7</sup> Dessa forma, poderemos conhecer outros olhares sobre as experiências daqueles trabalhadores que ousaram em se impor como artífices da cidadania. Além disso, há diversos assuntos que deixei de lado nas investigações de doutorado e de pós-doutorado, por não serem de meu interesse mais imediato naqueles momentos – como processos ensino-aprendizagem, escolhas pedagógicas, materiais didáticos e espaço escolar. Por tudo isso, e muito mais, convido os historiadores sociais da cultura, do trabalho e da educação a mergulharem em uma memória que exige nossa atenção.

---

7 Destaco uma pesquisa de mestrado que se iniciou alguns anos depois dos primeiros passos de minha investigação de doutorado. Itacir Marques da Luz. *Compassos letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*. Dissertação de Mestrado em Educação: UFPB, 2008.